

Sumário

Número de notícias: 15 | Número de veículos: 11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Em meio a críticas, nota da Receita defende voto de desempate no Carf..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal intensifica cobrança de adicional de contribuição previdenciária..... 4

O GLOBO - ON LINE - RJ
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pauta de Haddad é teste para base aliada do governo no Congresso..... 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Simplificação tributária de volta à pauta..... 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Trabalhadores levam 2,8 anos a mais para se aposentar após reforma..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Governo quer ampliar debate antes da tramitação da reforma administrativa..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Governadores sobem teto do ICMS para reaver perdas..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Salário de deputado estadual sobe e aperta caixa dos Estados..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cenário externo melhora e dá chance para Brasil fazer ajustes (Editorial)..... 22

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Presidente da Petrobras aposta em novo fundo para frear preço dos combustíveis..... 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Grandes fortunas podem acabar com a fome (Editorial)..... 27

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Golpistas presos devem à União pelo menos R\$ 1,3 milhão..... 28

O GLOBO - RJ - MUNDO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Escândalo fiscal derruba líder conservador no Reino Unido..... 30

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

O que podemos esperar de 2023 (Artigo)..... 31

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Apesar de críticas de Lula, governo não discute mudar meta de inflação..... 34

Em meio a críticas, nota da Receita defende voto de desempate no Carf

EDUARDO RODRIGUES BRASÍLIA

Após a reação de empresários e de parlamentares que prometem barrar o retorno do chamado voto de qualidade nas decisões do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**), a **Receita Federal** divulgou ontem nota para rebater as críticas de que os julgamentos feitos pelos auditores fiscais seriam "parciais" e, por regra, contrários aos interesses dos contribuintes.

O **Carf** é o tribunal administrativo que julga os recursos dos contribuintes contra autuações de cobrança de **impostos** feitas pela Receita. A mudança foi incluída no pacote de ajuste fiscal anunciado há cerca de duas semanas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Desde 2020, os casos em empate eram decididos de forma automática a favor dos contribuintes.

Isso mudou com a Medida Provisória 1.160, que devolveu ao presidente do **Carf** a prerrogativa de voto de Minerva. A equipe econômica defende a medida como uma forma de evitar o "vazamento" de recursos.

Já os críticos afirmam que, com a mudança, a tendência é de que todas as decisões sejam desempatadas em benefício do Fisco.

"É falsa a informação de que o julgamento por auditores fiscais é parcial, assim como de que 99,9% dos casos têm decisões favoráveis ao Fisco. Se tantos processos são julgados por unanimidade pró-contribuinte no **Carf**, informação correta, é evidente que auditores dão razão aos contribuintes quando consideram que é o caso", afirma a Receita.

Como o Estadão já mostrou, as decisões no **Carf** a favor dos contribuintes haviam saltado de 18%, em 2019, para 98% no ano passado nos casos em que houve empate. De um total de R\$ 25,4 bilhões em processos, a Fazenda ganhou R\$ 618 milhões - 2% dos valores envolvidos nos julgamentos.

"INTERESSE DE POUCOS". A Receita alega que os auditores fiscais dão ganho parcial ou total aos contribuintes em mais de 25% dos casos já na primeira instância e em mais da metade dos processos de lançamento eletrônico.

Quando os processos chegam ao **Carf**, as decisões favoráveis aos pagadores de **impostos** mantêm-se na média histórica de 40%.

"A participação paritária de representantes indicados por contribuintes é algo que só interessa a uma parcela muito baixa desses contribuintes, aqueles com débitos de centenas de milhões ou bilhões de reais. São esses os casos que usualmente resultam em empate", acrescenta a nota da Receita.

O Fisco cita ainda que, no ano passado, sem o voto de qualidade, os empates no **Carf** favoreceram "pouquíssimos" contribuintes.

Dos R\$ 24, 8 bilhões resolvidos em favor dos demandantes, R\$ 22,2 bilhões se referiram a apenas 26 empresas.

O órgão diz que o retorno do instrumento de desempate foi uma recomendação, inclusive, do Tribunal de Contas da União (TCU).

"É muito importante esclarecer que a derrubada do voto de qualidade interessa a essas empresas, grandes devedoras do Fisco, não à população brasileira", conclui a Receita.

"É muito importante esclarecer que a derrubada do voto de qualidade (nas decisões do **Carf**) interessa a essas empresas, grandes devedoras do Fisco, não à população brasileira" Trecho da nota divulgada pela **Receita Federal**

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Receita Federal intensifica cobrança de adicional de contribuição previdenciária



Caio Taniguchi: tendência de as fiscalizações da Receita Federal terminarem em autuação fiscal é de 100%

Bárbara Pombo De São Paulo

A **Receita Federal** intensificou nos últimos meses as fiscalizações para cobrar o recolhimento da contribuição adicional aos Riscos Ambientais do Trabalho (RAT), pago quando há empregados com direito à aposentadoria especial. Os valores exigidos do adicional - chamado de GILRAT - são referentes a trabalhadores expostos a ruídos e tem como base decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2014. Em dois meses, diz o advogado Caio Taniguchi, sócio do Tozzini Freire, doze clientes foram fiscalizados. Desses, três já sofreram autuações fiscais, de valores significativos. "Tenho dito às empresas que é de 100% a tendência de as fiscalizações terminarem em autuação", afirma. Os maiores alvos, segundo ele, são grandes empregadores, dos setores de alimentos, automotivo, construção civil e de eletrodomésticos.

O tema, alvo de disputa jurídica, é uma das prioridades da **Receita Federal**, de acordo com plano de fiscalização anual. No fim de 2021, o órgão notificou 6.150 empresas em todo o Brasil para se regularizarem espontaneamente. Previa um recolhimento, com a medida, de R\$ 242 milhões para os cofres públicos. O órgão informa, em nota ao Valor, que vai divulgar o resultado dessa operação "em breve".

Segundo advogados, a Receita percebeu um filão de arrecadação relevante com o adicional. Dizem que é fácil para o órgão fiscalizar pela maior exposição das empresas a cruzamento de dados. Desde outubro de 2021, lembra Alessandro Mendes Cardoso, sócio do escritório Rohm Advogados, as companhias são obrigadas a incluir no eSocial informações sobre saúde e segurança do trabalho, como fornecimento de

equipamento de proteção individual (EPI) e o Perfil Pro-fisiográfico Previdenciário (PPP) do empregado - que esclarece, entre outros pontos, se o empregado esteve sujeito a agentes nocivos à saúde, o que inclui o ruído.

Além disso, os especialistas apontam que existe um problema comum das empresas de falha documental. Para fechar, os contribuintes não têm conseguido derrubar cobranças no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. A quase totalidade das decisões, dizem tributaristas, é favorável à Fazenda. "É um tributo com um apelo social importante, por custear aposentadorias especiais, o que ajuda a justificar o esforço da **Receita Federal** e a intensificação nas fiscalizações", afirma o advogado Pedro Ackel, sócio do escritório Faria.

O GILRAT incide sobre o valor da remuneração do trabalhador. Varia entre 6%, 9% ou 12% a depender do tempo de trabalho para a aposentadoria especial - de 15, 20 ou 25 anos. Quanto menor o tempo para a concessão do benefício maior a alíquota a ser paga pelo empregador. Um dos que tem direito é o trabalhador exposto a ruído diário superior a 85 decibéis - limite tolerado pela Norma Regulamentadora (NR) 15, do Ministério do Trabalho. De acordo com o Ministério da Previdência, 128,3 mil aposentadorias especiais foram concedidas entre 2017 e 2022. O pico ocorreu em 2020, primeiro ano da pandemia, com 25.704 concessões. A Receita faz essa cobrança do adicional com base em decisão do STF, de 2014. Os ministros entenderam que se a empresa fornece equipamento de proteção individual eficaz, o empregado não tem direito a se aposentar com menos tempo de serviço-e, nesse caso, o contribuinte está livre do adicional. Abriram uma exceção, porém, aos casos de funcionários expostos a ruídos.

Com base nessa decisão (ARE 664335), a Receita publicou o Ato Declaratório Interpretativo (ADI) nº 2/2019. Nele, firmou posição de que a contribuição adicional ao RAT é devida pelo empregador nos casos em que a concessão da aposentadoria especial não puder ser afastada pela neutralização dos riscos ambientais pelo fornecimento do EPI. Tributaristas apontam que muitas empresas não têm recolhido o adicional. Isso porque discordam da interpretação do Fisco em relação à decisão do STF. "A Corte criou uma presunção relativa", diz Caio Taniguchi, do

escritório Tozzini Freire.

Segundo ele, a mera declaração da empresa não bastaria, mas a aposentadoria especial poderia ser afastada se o empregador for capaz de demonstrar que o EPI neutraliza ou reduz a exposição. Consequentemente, não teria que pagar o adicional do RAT. "A ideia não é pagar menos tributo, mas pagar quando de fato for devido." Alessandro Mendes Cardoso, do Rolim Advogados, afirma que o julgamento do STF tratou de benefício previdenciário e não de custeio. Aponta, ainda, que, para a cobrança seria necessária uma alteração na Lei nº 8213, de 1991, que trata dos planos de benefícios da **Previdência Social**, o que não teria ocorrido. "É como se houvesse majoração de **tributos** sem passar antes pelo Congresso. Por isso, é uma matéria com grande foco de contencioso e uma preocupação das empresas", diz o advogado.

Ele acrescenta que o entendimento atual tira o efeito do adicional do RAT para além da arrecadação. "Incentiva o empregador a investir em EPI para que não tenha custo tributário. Se desvincula a isenção tributária e o EPI - que, sim, é obrigação trabalhista - , perde o caráter extrafiscal." Em nota, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) afirma que a tese defendida pelo órgão vai na linha do ADI nº 2/2019, da Receita. "Partindo desse pressuposto, a discussão em cada processo é delineada em termos eminentemente fáticos", diz o órgão.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187446?page=4
§ion=4](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187446?page=4§ion=4)**

Pauta de Haddad é teste para base aliada do governo no Congresso

Por Manoel Ventura - Brasília

A posse dos novos deputados e senadores e as eleições para as Mesas Diretoras das duas Casas do Congresso, nesta semana, marcam também o começo das negociações intensas para a pauta econômica conduzida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Com uma agenda prioritária definida para este ano, o governo usará como primeiro teste da sua base aliada e da capacidade de articulação a votação da medida provisória (MP) que alterou regras do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

Um dos principais pontos do plano fiscal de Haddad, a MP restabeleceu a regra alterada em 2020 que prevê vantagem do Fisco em caso de empate nos julgamentos do tribunal administrativo da **Receita Federal**. Polêmica, a medida é criticada por empresários e tributaristas e deve enfrentar resistências no Congresso. O governo calcula impacto de cerca de R\$ 60 bilhões com ela.

- Faltou um pouco de sensibilidade para entender que foi uma legislação aprovada amplamente pelo Congresso. A reação do setor produtivo e também de outros segmentos da sociedade nos dá confiança de que conseguiremos reverter este equívoco - disse o deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, numa fala que dá o tom do desafio que o governo enfrentará com relação ao tema.

Para integrantes do governo, será o momento de testar a base, que ainda está sendo construída pelo presidente Lula. Haddad também propôs um programa de refinanciamento de dívidas tributárias, o chamado Litígio Zero.

Dívidas de pessoas físicas, micro e pequenas empresas, por exemplo, terão desconto de até 50% e poderão ser parceladas em até 12 vezes. As regras valem para quem recebe até 60 salários mínimos.

Neste caso, o risco detectado pelo governo não é de rejeição da MP, mas de ampliação excessiva do seu escopo. As medidas provisórias irão inaugurar a agenda econômica no Congresso no governo Lula, mas a pauta vai além.

O ministro pretende tocar simultaneamente a criação de um novo arcabouço fiscal para o país e uma **reforma tributária**, que será fatiada - primeiro com as mudanças sobre o consumo e depois sobre a renda. O chefe da Fazenda já vem conduzindo as conversas sobre a **reforma tributária**, considerada o maior desafio para a pasta. É um assunto que se arrasta há anos no Congresso, mas que foi colocado como prioritário pelo novo governo.

- O grande legado do presidente Lula será a **reforma tributária**, um sistema menos regressivo, um modelo mais direto na cobrança dos **impostos**. Um sistema mais simplificado. Um deslocamento da tributação do consumo para renda e patrimônio. Sem justiça tributária vamos continuar multiplicando os superpobres e produzindo os super-ricos - afirma o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que será vice-líder do governo na Câmara.

Haddad montou uma secretaria liderada pelo economista Bernard Appy, um dos maiores especialistas sobre o assunto no país, para conduzir o assunto. Há um time de técnicos que têm trabalhado em duas propostas principais: rever os **impostos** sobre consumo e criar novas regras para o Imposto de Renda (com cobrança maior sobre os mais ricos).

Com relação à primeira reforma, o governo usará como base propostas que já estão em tramitação. Na Câmara, é a proposta de emenda à Constituição (PEC) 45, de autoria do deputado federal Baleia Rossi (MDB-SP), presidente nacional da legenda. A proposta unifica uma série de **tributos** sobre o consumo, como PIS/Cofins e IPI e tem hoje a preferência de Haddad nas discussões. Outra proposta, do Senado, a PEC 110, reúne mais **impostos**. A ideia hoje é mesclar essas duas propostas.

Haddad já conversou com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sobre o assunto. Em jantar na quinta-feira, Lula pediu ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o apoio para aprovação de pautas econômicas. O PT apoia a recondução dos dois.

No calendário da Fazenda, a nova regra para as contas públicas será enviada ao Congresso até abril. Essa regra irá substituir o teto de gastos, que hoje é a principal referência fiscal do país ao travar o

crescimento dos gastos.

Nesse caso, a estratégia do governo será buscar discutir o assunto com o mercado e especialistas de fora do Executivo antes de enviar o texto ao Congresso. A ideia é haver uma "validação social" da proposta, a fim de facilitar a tramitação do texto na Câmara e no Senado. O governo precisa do texto aprovado neste ano sob pena de voltar ao teto de gastos e ter de reduzir drasticamente as despesas em 2024.

Como um aceno ao Congresso, o governo avalia prever na nova regra fiscal que não haja mais bloqueio de gastos ou que isso seja bastante limitado. O bloqueio de despesas, especialmente das emendas parlamentares, é uma das principais reclamações de deputados e senadores a diferentes governos.

Bruno Carazza, professor da Fundação Dom Cabral, avalia que a agenda econômica é ambiciosa, mas lembra que o primeiro ano de um governo é tradicionalmente uma janela para avançar em pautas complexas, como essas. Para ele, a grande batalha será a **reforma tributária**, por envolver diversos interesses, de estados, municípios e dos empresários.

- Esse tipo de negociação vai ter que ser extra-Congresso também, de convencimento da liderança dos setores, das confederações setoriais, empresariais. Não é algo simples.

Dentro da questão da tributação, o governo Lula quer atualizar a tabela do IR e promete isentar do pagamento do tributo quem ganha até R\$ 5 mil. Carazza afirma que, embora necessária, a reforma do IR tem elementos de impopularidade, por afetar setores da classe média, como profissionais liberais.

A pauta do Congresso não será restrita à agenda econômica. Na semana passada, por exemplo, o ministro da Justiça apresentou um pacote de medidas contra atos golpistas. Demandas de outras áreas, como a social, vão dividir as atenções.

- Vai exigir muita habilidade do Haddad, do Lula, da Casa Civil. É algo muito difícil de ser conduzido e tudo isso ser aprovado em um só ano.

Tire suas dúvidas: a moeda comum sur vai substituir o real? Entenda

No pacote de medidas para reduzir o déficit público anunciado neste ano, houve mudança na forma de julgamento dos recursos em questões fiscais. Até então, em caso de empate no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, o resultado era favorável ao contribuinte, entendimento

criado em 2020. Medida Provisória prevê agora que, nos empates, a vantagem irá para o Fisco.

Um programa de refinanciamento de dívidas é outro caminho para aumentar as receitas da União, prevê o plano do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Batizado de Litígio Zero, haverá desconto de 40% a 50% do débito para pessoas físicas, micro e pequenas empresas, e de 100% das multas e juros para pessoas jurídicas. O governo teme que o Congresso aumente o alcance da medida.

O governo quer enviar a proposta do novo arcabouço fiscal, que deve substituir o teto de gastos (limite ao crescimento de despesas à **inflação** do ano anterior) até abril. A âncora fiscal em vigor se esgotou, afirmam especialistas, o que demanda novo conjunto de medidas. Revisão de gastos, fim dos bloqueios às despesas e metas mais flexíveis são alguns pontos que o governo pretende propor.

O governo já anunciou que a **reforma tributária** será prioridade. Haddad trouxe para a sua equipe o economista Bernard Appy, autor da proposta que tramita na Câmara de unificação de **impostos**. Além de rever **impostos** sobre consumo, a reforma também prevê criar novas regras para o Imposto de Renda. Há décadas, tenta-se simplificar a estrutura tributária brasileira e torná-la menos desigual.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/01/pauta-de-haddad-e-teste-para-base-aliada-do-governo-no-congresso.ghtml>

Simplificação tributária de volta à pauta

Minervino Júnior/CB/DA Press



Atividades no Congresso Nacional serão retomadas na quarta-feira

Correio Braziliense

Às vésperas da abertura do ano legislativo, as discussões sobre a **reforma tributária** voltam a pairar sobre o Congresso Nacional. Em declarações recentes, o ministro da fazenda Fernando Haddad indicou que as mudanças devem começar com a simplificação da tributação sobre o consumo, que deverá ser encaminhada ao parlamento pelo governo ainda no primeiro semestre.

O texto deve tomar como base duas propostas de emenda à Constituição (PEC) em tramitação. As propostas reduzem os **tributos** que hoje incidem sobre o consumo. A divergência está no número de **tributos** unificados e na forma como ocorrerá a fusão.

De autoria do deputado federal Baleia Rossi (MDB-SP), a PEC 45/2019 prevê a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O tributo substituiria duas contribuições: o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) e três **impostos**: o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços (ISS). Atualmente, as contribuições ficam inteiramente com a União, o IPI é partilhado entre União e governos locais, o ICMS fica com os estados e o ISS, com os municípios.

Cotas da União

A alíquota do IBS seria composta por uma soma das cotas da União, dos estados e dos municípios. Cada esfera de poder poderia definir a alíquota por meio de lei ordinária. A base de cálculo (onde o tributo incide) seria regulamentada em lei complementar.

Outra novidade seria o Imposto Seletivo, que incidiria sobre o consumo de produtos que causam danos à saúde, como cigarros, álcool e derivados de açúcar. A PEC também prevê a cobrança do IBS no destino, no estado onde a mercadoria é consumida.

Também apresentada em 2019, a PEC 110 foi apensada a outra proposta paralisada no Senado desde 2004. O texto cria dois **tributos**: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que ficaria com a União, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

A Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) substituiria a Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). O Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) substituiria o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), arrecadado pelos estados, e o Imposto sobre Serviço (ISS), de responsabilidade dos municípios. A proposta não unificou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e o salário-educação no novo tributo federal.

Em relação ao IBS, o texto propõe uma lei complementar única para os 26 estados, o Distrito Federal e os municípios, porém traz mais flexibilidade aos governos locais. Cada ente público poderia fixar a alíquota do IBS, que seria a mesma para bens e serviços. A cobrança seria no destino, no local onde a mercadoria foi consumida, com um prazo de transição de 20 anos. (Com Agência Brasil)

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
Simplificação tributária estará de volta à pauta do Congresso Nacional

Trabalhadores levam 2,8 anos a mais para se aposentar após reforma

Idiana Tomazelli Brasília

Os segurados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) estão levando, em média, 2,8 anos a mais para conseguir se aposentar após a aprovação da reforma da Previdência. O adicional é maior para os homens (3,5 anos) e menor no caso das mulheres (2 anos).

Os dados foram retratados em estudo do então Ministério do Trabalho e Previdência sob a gestão de Jair Bolsonaro.

O trabalho comparou dados de 2021, os mais recentes disponíveis, como quadro observado em 2019, último ano de vigência das regras antigas. A referência usada é a idade do segurado na data de início do benefício.

O objetivo dos técnicos era estimar os primeiros efeitos da reforma sobre a idade média de aposentadoria, variável considerada peça-chave para a maior sustentabilidade do RGPS (Regime Geral de **Previdência Social**).

Quanto maior é essa idade, mais tempo o trabalhador contribui para sua aposentadoria, gerando receitas ao **INSS**. Consequentemente, ele fica menos tempo recebendo o benefício, o que reduz a despesa futura do governo.

Segundo os resultados, a idade média de aposentadoria dos homens passou de 58,7 para 62,2 anos entre 2019 e 2021. Entre as mulheres, o patamar passou de 57,3 para 59,3 anos.

O aumento das faixas etárias tem relação com uma das mudanças centrais da reforma da Previdência: a fixação de idades mínimas de aposentadoria em 65 anos para homens e 62 anos para mulheres.

A alteração passou a valer para novos trabalhadores, mas quem já estava no mercado de trabalho precisa seguir uma das quatro diferentes regras de transição. Todas impõem algum tipo de pedágio, embora o segurado possa eleger aquela que lhe for mais favorável.

Na prática, isso fez com que trabalhadores próximos da aposentadoria tivessem de adiar os planos e não contribuir um pouco mais para conseguir o benefício.

"Entre os fatores que explicam o maior impacto para homens está o fato de que as aposentadorias por tempo de contribuição e especial, que estão entre as mais afetadas, são predominantemente concedidas para homens" diz o estudo.

A aposentadoria por tempo de contribuição permitia acessar o benefício independentemente da idade, desde que cumpridos 30 anos de recolhimento ao **INSS** por mulheres e 35 anos por homens.

Segurados desse grupo tinham, em geral, mais tempo no mercado de trabalho formal, remuneração mais elevada e pagavam contribuições maiores ao **INSS**. Por consequência, conseguiam obter benefícios de aposentadoria mais elevados.

Já trabalhadores de menor renda e com mais dificuldade de acesso ao emprego formal acabavam se aposentando pela regra de idade já existente, mas que não era obrigatória. Contribuíam por um mínimo de 15 anos e precisavam atingir 60 anos de idade (mulheres) e 65 anos (homens).

Por esse motivo, segundo defensores da idade mínima, era necessária uma medida para garantir maior equidade ao sistema, estabelecendo um piso etário obrigatório.

As aposentadorias especiais, por sua vez, são concedidas a trabalhadores expostos a condições prejudiciais de saúde ou submetidos a riscos à sua integridade física. Entre os profissionais com direito a essa categoria estão os mineiros que atuam no subsolo.

As regras para esses segurados também ficaram mais duras com a reforma. Além dos tempos mínimos de contribuição, entre 15 e 25 anos a depender do grau de risco da profissão, é preciso também atingir as idades de 55 a 60 anos. A transição combina esses dois fatores numa soma de pontos, que precisa alcançar um patamar mínimo para a concessão do benefício.

Como resultado dessas modificações, a idade média da aposentadoria por tempo de contribuição dos homens subiu 1,4 ano, de 56,5 para 57,9 anos entre 2019 e 2021. No mesmo período, a idade média da aposentadoria especial do sexo masculino subiu 2,5

anos, de 49,9 para 52,4 anos.

Ambos os resultados ficam abaixo da média geral dos homens porque houve também uma mudança na composição dos benefícios. As aposentadorias especiais, que registram idades menores, perderam peso nas concessões, contribuindo para que a média global ficasse maior.

No caso das mulheres, a alta foi de 1,4 ano nas aposentadorias por tempo de contribuição (de 53,44 para 53,85 anos) e de 2,2 para as categorias especiais (50 para 52,2 anos).

Na avaliação do especialista Otávio Sidone, mestre em economia pela USP e que atuou como técnico na então Secretaria de Previdência, o aumento nas idades mínimas das aposentadorias é "absolutamente fundamental". Segundo ele, a medida ajuda na sustentabilidade fiscal do regime e na promoção de maior equidade entre beneficiários.

"Por ser a maior política pública de transferência de rendado país, a Previdência é um instrumento fundamental do Estado para a redistribuição de renda, juntamente com a necessidade de um sistema tributário progressivo", diz. Os benefícios previdenciários são a maior despesa do Orçamento e somaram R\$ 809,5 bilhões no ano passado.

O IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário) critica a reforma e considera que parte das mudanças resultou em regras muito duras.

"O trabalhador que acessa a aposentadoria especial só trabalha por até 25 anos, mesmo. Mas as regras de transição tornaram quase impossível que a pessoa se aposente", diz o diretor do IBDP Paulo Bacelar.

À Folha, em dezembro, o então futuro ministro da Previdência, Carlos Lupi (PDT), teceu críticas à reforma e disse que constituiria um grupo para avaliar possíveis modificações. Ele repetiu as declarações em 3 de janeiro, logo após assumir o cargo, mas foi desautorizado um dia depois pelo Palácio do Planalto.

As idades médias de aposentadoria devem subir ainda mais devido à menor atratividade de algumas das regras de transição previstas na emenda constitucional.

Uma delas foca trabalhadores que estavam a no máximo dois anos de preencher os requisitos da aposentadoria por tempo de contribuição quando a reforma foi promulgada. Eles podem requerer o benefício mediante o cumprimento de um pedágio de 50% do tempo restante, mas o valor pago pelo **INSS** ainda será calculado de acordo com o fator

previdenciário - fórmula que em grande parte das vezes atua como redutora do benefício.

Segundo relatos, essa regra foi usada de forma recorrente nos primeiros três anos de vigência da reforma, respondendo por mais da metade dos pedidos. De agora em diante, porém, seu uso será cada vez mais difícil.

VACINAÇÃO, RENOVAÇÃO DE CARTEIRA DE MOTORISTA E DE PASSAPORTE JÁ VALEM COMO PROVA DEVIDA

A prova devida do **INSS** passa a ser feita automaticamente em todo o país neste ano, por meio do cruzamento de dados obtidos quando o segurado vai a um posto de vacinação, a uma agência do **INSS**, renova a carteira de motorista ou recebe o benefício com biometria em seu banco, por exemplo. O órgão usará um sistema de pontuação a cada procedimento feito. Segundo a portaria, os dados coletados serão armazenados por prazo indeterminado e formarão esse banco de pontuação, de acordo com definição de integridade do dado obtido, a ser definido pelo órgão. Desde o dia 1º de janeiro, é do **INSS** a responsabilidade de comprovar que o beneficiário continua vivo. Em 2023, o órgão deverá comprovar o recadastramento de cerca de 17 milhões de beneficiários.

Notícias Relacionadas:

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA
Trabalhadores levam 2,8 anos a mais para se aposentar após reforma

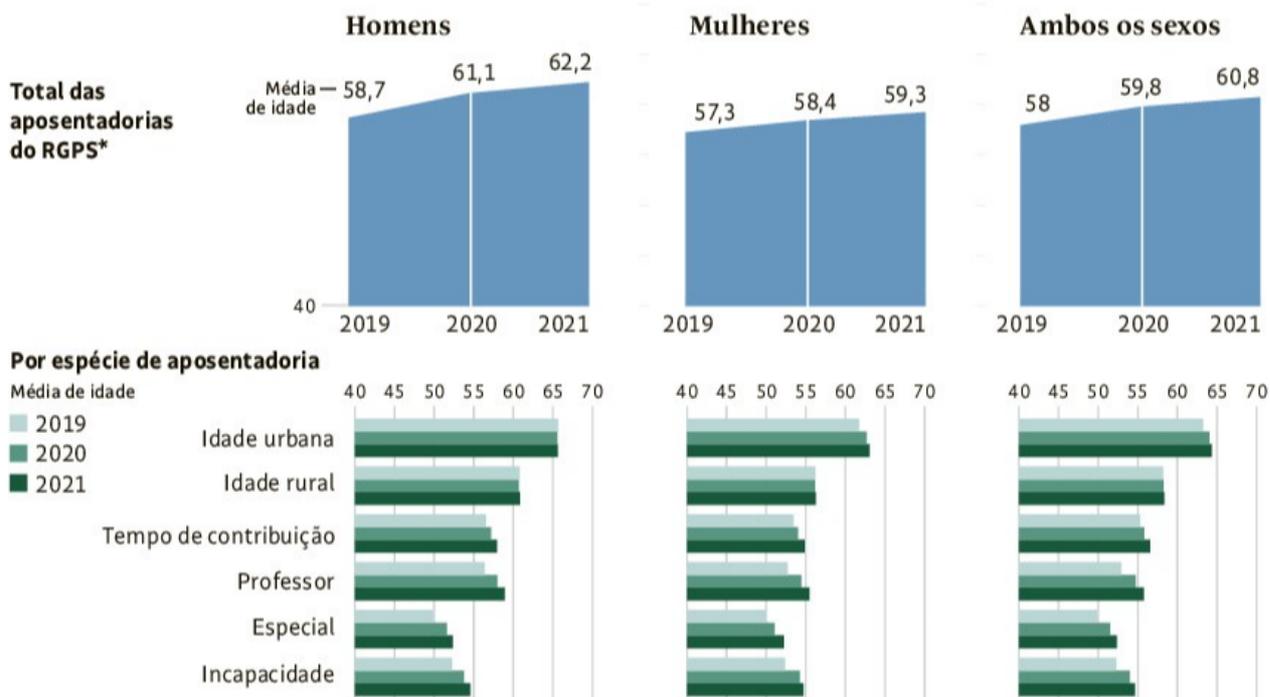
DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA
Trabalhadores levam 2,8 anos a mais para se aposentar após reforma

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50172>

Aposentadoria adiada

Com reforma da Previdência, média de idade de quem pede benefício aumentou



*RGPS (Regime Geral de Previdência Social)

Fonte: Ministério da Previdência

Governo quer ampliar debate antes da tramitação da reforma administrativa

Andrea Jubé e Caetano Tonet De Brasília

O governo federal vai descartar a reforma administrativa em análise no Congresso, de autoria da gestão anterior, e abrir um amplo debate com o Legislativo e a sociedade civil para elaborar outra proposta de modernização do serviço público. O formato em discussão prevê uma reforma fatiada e a manutenção da estabilidade do servidor. Uma prioridade é a revisão da lei de cotas raciais no serviço público, que completa dez anos em 2024, quando perderá a vigência.

Fontes do governo que acompanham de perto a discussão disseram ao Valor que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estuda solicitar, por meio de uma mensagem ao Congresso, a devolução ao Executivo da proposta de emenda constitucional (PEC) 32, que trata da reforma.

"O que foi recomendado no grupo de transição ao presidente, pelo grupo do Trabalho e o do Planejamento, é que fosse devolvida [a PEC da reforma]", afirmou o deputado Rogério Correia (PT-MG), que participou do debate sobre a matéria no gabinete de transição. "Não se iniciaria nenhuma discussão de reforma administrativa a partir da reforma proposta por Paulo Guedes e Bolsonaro", completou.

Segundo Correia, a proposta do governo Jair Bolsonaro "tem nitidamente um sentido de privatização da prestação de serviço público através da quebra de estabilidade dos servidores e aniquilamento do serviço público", acrescentou.

O projeto elaborado pela equipe de Guedes abria caminho para o fim da estabilidade e previa corte de 25% do salário em caso de crise fiscal. Em setembro de 2021, foi aprovado em comissão especial da Câmara, mas nunca chegou ao plenário em um recuo do governo, por **temer** que a ampla rejeição à PEC prejudicasse a campanha à reeleição.

Rogério Correia confirmou que, em breve, o governo vai anunciar a abertura dos debates sobre a reforma administrativa com representantes da sociedade civil e dos servidores, como a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, o Fórum das Entidades Nacionais dos **Servidores Públicos** Federais, as

centrais sindicais, entre outros.

Não há previsão de que a nova proposta seja enviada neste semestre ao Congresso. "A prioridade do governo é a **reforma tributária**", observou Correia.

Mas o governo vai dar a largada nas discussões sobre a nova lei de cotas no serviço público, a reestruturação de carreiras, a remuneração dos servidores, e um novo modelo de concursos públicos.

Uma prioridade, de acordo com fontes do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, é a revisão e atualização da lei de cotas raciais no serviço público, que perderá a validade no ano que vem. A norma reservou 20% das vagas de concursos federais para pessoas pretas e pardas.

Uma fonte credenciada do governo observou que os números revelam que o ingresso de pessoas negras na administração pública após a lei aumentou, mas em ritmo lento. Ao mesmo tempo, a legislação não eliminou distorções ainda vigentes sobre a ocupação de cargos, promoções e remuneração nesse segmento.

Números do Atlas do Estado Brasileiro, organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), indicam que o aumento de negros na administração pública em sete anos foi de pouco mais de dois pontos percentuais.

Em 2013, ano anterior ao início da vigência da lei, 35% do quadro federal ativo era de pretos e pardos. Já em 2020, ano mais recente da série histórica do Ipea, havia 37,2% desse segmento da população em atividade na máquina pública. A proporção não corresponde à média da população brasileira: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima que 56% dos brasileiros sejam pessoas pretas ou pardas.

Vice-presidente da Frente Parlamentar do Serviço Público e um dos senadores mais influentes, Weverton Rocha (PDT-MA) disse ao Valor que ainda não teve tempo de discutir com os demais integrantes do colegiado os próximos passos em relação à reforma administrativa. Mas lembrou que vai integrar a base governista, e nessa condição, vai se empenhar em "construir um melhor diálogo entre o serviço público e

o governo".

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187446>

Governadores sobem teto do ICMS para reaver perdas

Edna Simão De Brasília / (Colaboraram Estevão Tair, Renan Truffi, Fabio Mu-rakawa e Murillo Camarotto)

O teto da alíquota do ICMS em 12 Estados brasileiros vai subir, entre março e abril, para compensar perda de receita com desoneração de combustíveis, energia e telecomunicações. Será elevada a alíquota geral de seis Estados da região Nordeste (Alagoas, Bahia, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), cinco na Norte (Acre, Amazonas, Pará, Roraima e Tocantins) e um na Sul (Paraná), segundo levantamento feito pela IOB, empresa de serviços tributários, contábeis e jurídicos. A medida pode ser um fator de pressão inflacionária neste ano.

Na sexta-feira, 26, os governadores se reuniram com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e colocaram como prioridade a necessidade de discutir a compensação de perdas de receita promovidas no último ano do governo Bolsonaro. A legislação passou a tratar combustíveis, eletricidade e transporte público como produtos e serviços essenciais, o que limitou a incidência do ICMS a cerca de 18% sobre eles. Alguns Estados cobravam mais de 30%. "A questão do ICMS é uma coisa que está na cabeça de vocês desde que foi aprovada pelo Congresso Nacional. E é uma coisa que nós vamos ter que discutir", afirmou Lula aos governadores.

Apesar desse encontro, 12 Estados tinham se antecipado para aprovar, no fim do ano passado, projetos de lei que viabilizassem o aumento do teto da alíquota geral a partir de 90 dias, ou seja, entre março e abril. "Como o ICMS se sujeita ao princípio constitucional da anterioridade anual, caso algum outro Estado decida aumentar a alíquota geral em 2023, a medida só poderá entrar em vigorem 2024", explicou a consultora tributária Renata Queiroz, da IOB. Nenhum Estado do Centro-Oeste e Sudeste aprovou leis para subir essa alíquota geral.

O secretário de Fazenda de Alagoas, George Santoro, ressaltou que o impacto do aumento das alíquotas na **inflação** é natural e que o governo federal foi alertado várias vezes sobre isso. O economista do Santander Felipe Kotinda já incorporou um aumento de 0,4 ponto percentual em sua estima de **inflação** -cenário para essa elevação considera que todos os Estados, exceto São Paulo, subiriam a alíquota modal - que vale como regra geral para cobrança do imposto - do ICMS para

22%.

"Vai impactar [a **inflação**] sim" comenta Santoro. "A taxa de **inflação** do país foi artificialmente baixada no ano passado pelas leis complementares 192 e 194. É natural e avisamos várias vezes que isso iria acontecer." O Comsefaz [Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Economia ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal] fez vários alertas, ressaltou o secretário.

A lei complementar 192 prevê a cobrança do ICMS sobre os combustíveis incide apenas uma vez, de forma monofásica, e com alíquota única entre os Estados. Já a lei complementar 194 determinou a aplicação de alíquotas de ICMS pelo piso (17% ou 18%) para produtos e serviços essenciais como combustíveis, energia elétrica e serviços de comunicação.

"O aumento da modal do ICMS visou a recuperação parcial da carga tributária usurpada pelo governo federal no ano eleitoral de 2022, no meio do exercício financeiro, sem dar oportunidade aos Estados construírem um caminho fiscal sustentável", diz Santoro. "Não compensa a perda imposta pela diminuição da carga tributária de energia, telecomunicações e combustível. Procuramos o setor produtivo para construir um caminho." Segundo o secretário, o aumento da alíquota vai cobrir no máximo 70% da receita perdida e, por isso, a medida terá de ser associada com redução de despesas.

No caso do Maranhão, o gestor chefe da Assessoria de Desenvolvimento Institucional da Secretaria da Fazenda do Estado, Fernando Resende, explicou que a alíquota modal subirá de 18% para 20% para compensar a perda de 1/3 da receita do Estado devido a lei complementar 194. "Com esse impacto, o Estado do Maranhão enfrentou queda na sua expectativa de arrecadação tributária no valor de mais de R\$ 2 bilhões no ano de 2022 e no exercício de 2023 poderia alcançar R\$ 3,4 bilhões, se não fossem tomadas medidas compensatórias", informou, lembrando que também foi vedado pela LC 194 a cobrança de adicional do ICMS de 2% para o Fundo Maranhense de Combate à Pobreza (FU-MACOP), que incidia sobre combustíveis, energia elétrica e prestação de serviço de comunicação.

Além do aumento da alíquota modal, o Estado ainda instituiu a Taxa de Controle e Monitoramento Ambiental da Atividade de Transporte Ferroviário de Recursos Minerais e suspendeu, no período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025, da concessão do benefício do diferimento do ICMS para usina produtora de pellets de minério de ferro e seus concentrados instalada no Maranhão. "O Estado entende que estas medidas reduzem em 60% as perdas. O restante deve ser compensado com a melhoria da fiscalização", destaca.

A economista Juliana Damascene, da Tendências Consultoria, lembra que, há muito tempo, existe um problema de desequilíbrio federativo porque Estados e municípios não têm capacidade arrecadatória, mas acumulam muitas obrigações para garantir a prestação de serviços à sociedade. Segundo ela, a arrecadação dos Estados começou a desacelerar em meados de 2022 e a perspectiva é de aumento de gasto com pessoal por conta de reajustes de **servidores públicos**. "A União está em uma situação difícil, com elevado déficit fiscal, e não deve ter disponibilidade para ressarcir os Estados. Houve esforço maciço dos Estados [aprovando aumento da alíquota do ICMS], Por outro lado, perde o foco da **reforma tributária**", destacou.

O pesquisador associado do Insper Marcos Mendes considera que não há como a receita perdida com a desoneração apenas ser compensada com corte de gastos. "Aumentar a alíquota do ICMS sobre outros produtos acaba distribuindo melhor a carga que estava muito concentrada em combustíveis, energia e telecomunicações. Por outro lado, a decisão de considerar bem essencial e limitar a tributação desses produtos me parece equivocada, uma restrição excessiva à política tributária".

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187446>

O peso do ICMS

Estados decidem elevar alíquota geral do imposto

Estados	Alteração na alíquota geral	Efeitos a partir de
Acre	De 17% para 19%	1/abril
Alagoas	De 17% para 19%	1/abril
Amazonas	De 18% para 20%	29/março
Bahia	De 18% para 19%	22/março
Maranhão	De 18% para 20%	1/abril
Pará	De 17% para 19%	16/março
Paraná	De 18% para 19%	13/março
Piauí	De 18% para 21%	8/março
Rio Grande do Norte	De 18% para 20%	1/abril
Roraima	De 17% para 20%	30/março
Sergipe	De 18% para 22%	20/março
Tocantins	De 18% para 20%	1/abril

Fonte: Levantamento feito pela IOB, smart tech de serviços tributários, contábeis e jurídicos

Governadores sobem teto do ICMS para reaver perdas

Edna Simão
De Brasília

O teto da alíquota do ICMS em 12 Estados brasileiros vai subir, entre março e abril, para compensar perda de receita com desoneração de combustíveis, energia e telecomunicações. Será elevada a alíquota geral de seis Estados da região Nordeste (Alagoas, Bahia, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), cinco no Norte (Acre, Amazonas, Pará, Roraima e Tocantins) e um no Sul (Paraná), segundo levantamento feito pela IOB, empresa de serviços tributários, contábeis e jurídicos. A medida pode ser um fator de pressão inflacionária neste ano.

Na sexta-feira, 26, os governadores se reuniram com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e colocaram como prioridade a necessidade de discutir a compensação de perdas de receita promovidas no último ano do governo Bolsonaro. A legislação passou a tratar combustíveis, eletricidade e transporte público como produtos e serviços essenciais, o que limitou a incidência do ICMS a cerca de 18% sobre eles. Alguns Estados cobravam mais de 30%. "A questão do ICMS é uma coisa que está na cabeça de vocês desde que foi aprovada pelo Congresso Nacional. É uma coisa que nós vamos ter que discutir", afirmou Lula aos governadores.

Apesar desse encontro, 12 Estados tinham se antecipado para aprovar, no fim do ano passado, projetos de lei que viabilizassem o aumento do teto da alíquota geral a partir de 90 dias, ou seja, entre março e abril. "Como o ICMS se sujeita ao princípio constitucional da anterioridade anual, caso algum outro Estado decida aumentar a alíquota geral em 2023, a medida só poderá entrar em vigor em 2024", explicou a consultora tributária Renata Queiroz, da IOB. Nenhum Estado do Centro-Oeste e Sudeste aprovou leis para subir essa alíquota geral.

O secretário de Fazenda de Alagoas, George Santoro, ressaltou que o impacto do aumento das alíquotas na inflação é natural e que o governo federal foi alertado várias vezes sobre isso. O economista do Santander Felipe Kotinda já incorporou um aumento de 0,4 ponto percentual em sua estimativa de inflação — cenário para essa elevação considera que todos os Estados, exceto São Paulo, subiriam a alíquota modal — que vale como regra geral para cobrança do imposto — do ICMS para 22%.

"Vai impactar [a inflação] sim" comenta Santoro. "A taxa de inflação do país foi artificialmente baixada no ano passado pelas leis complementares 192 e 194. É natural e avisamos várias vezes que isso iria acontecer." O Conselho [Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Economia ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal] fez vários alertas, ressaltou o secretário.

A lei complementar 192 prevê a cobrança do ICMS sobre os combustíveis incide apenas uma vez, de forma monofásica, e com alíquota única entre os Estados. Já a lei complementar 194 determinou a aplicação de alíquotas de ICMS pelo piso (17% ou 18%) para produtos e serviços essenciais como combustíveis, energia elétrica e serviços de comunicação.

"O aumento da modal do ICMS visou a recuperação parcial da car-

ga tributária usurpada pelo governo federal no ano eleitoral de 2022, no meio do exercício financeiro, sem dar oportunidade aos Estados construírem um caminho fiscal sustentável", diz Santoro. "Não compensa a perda imposta pela diminuição da carga tributária de energia, telecomunicações e combustível. Procuramos o setor produtivo para construir um caminho." Segundo o secretário, o aumento da alíquota vai cobrir no máximo 70% da receita perdida e, por isso, a medida terá de ser associada com redução de despesas.

No caso do Maranhão, o gestor chefe da Assessoria de Desenvolvimento Institucional da Secretaria da Fazenda do Estado, Fernando Resende, explicou que a alíquota modal subirá de 18% para 20% para compensar a perda de 1/3 da receita do Estado devido a lei complementar 194. "Com esse impacto, o Estado do Maranhão enfrentou queda na sua expectativa de arrecadação tributária no valor de mais de R\$ 2 bilhões no ano de 2022 e no exercício de 2023 poderia alcançar R\$ 3,4 bilhões, se não fossem tomadas medidas compensatórias", informou, lembrando que também foi vedado pela LC 194 a cobrança de adicional do ICMS de 2% para o Fundo Maranhense de Combate à Pobreza (FUMACOP), que incide sobre combustíveis, energia elétrica e prestação de serviço de comunicação.

Além do aumento da alíquota modal, o Estado ainda instituiu a Taxa de Controle e Monitoramento Ambiental da Atividade de Transporte Ferroviário de Recursos Minerais e suspendeu, no período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025, da concessão do benefício do diferimento do ICMS para usina produtora de pellets de minério de ferro e seus concentrados instalada no Maranhão. "O Estado entende que estas medidas reduzem em 60% as perdas. O restante deve ser compensado com a melhoria da fiscalização", destacou.

A economista Juliana Damasceno, da Tendências Consultoria, lembra que, há muito tempo, existe um problema de desequilíbrio federativo porque Estados e municípios não têm capacidade arrecadatória, mas acumulam muitas obrigações para garantir a prestação de serviços à sociedade. Segundo ela, a arrecadação dos Estados começou a desacelerar em meados de 2022 e a perspectiva é de aumento de gasto com pessoal por conta de reajustes de servidores públicos. "A União está em uma situação difícil, com elevado déficit fiscal, e não deve ter disponibilidade para ressarcir os Estados. Houve esforço maciço dos Estados [aprovar o aumento da alíquota do ICMS]. Por outro lado, perde o foco da reforma tributária", destacou.

O pesquisador associado do Insper Marcos Mendes considera que não há como a receita perdida com a desoneração apenas ser compensada com corte de gastos. "Aumentar a alíquota do ICMS sobre outros produtos acaba distribuindo melhor a carga que estava muito concentrada em combustíveis, energia e telecomunicações. Por outro lado, a decisão de considerar bem essencial e limitar a tributação desses produtos me parece equivocada, uma restrição excessiva à política tributária". (Colaboraram Estevão Taiair, Renan Truffi, Fabio Murakawa e Murillo Camarotto)

O peso do ICMS

Estados decidem elevar alíquota geral do imposto

Estados	Alteração na alíquota geral	Efeitos a partir de
Acre	De 17% para 19%	1/abril
Alagoas	De 17% para 19%	1/abril
Amazonas	De 18% para 20%	29/março
Bahia	De 18% para 19%	22/março
Maranhão	De 18% para 20%	1/abril
Pará	De 17% para 19%	16/março
Paraná	De 18% para 19%	13/março
Piauí	De 18% para 21%	8/março
Rio Grande do Norte	De 18% para 20%	1/abril
Roraima	De 17% para 20%	30/março
Sergipe	De 18% para 22%	20/março
Tocantins	De 18% para 20%	1/abril

Fonte: Levantamento feito pela IOB, smart tech de serviços tributários, contábeis e jurídicos

Salário de deputado estadual sobe e aperta caixa dos Estados



Jonas Del Nobile: aumento só não foi maior para evitar mais desgaste político

Paula Martini e Rodrigo Carro Do Rio

O aumento para os deputados federais, aprovado pelo Congresso Nacional no fim de 2022, gerou efeito cascata nas Assembleias Legislativas. Em 22 Estados e no Distrito Federal, deputados estaduais vão começar os mandatos com salários maiores. Nos próximos três anos haverá aumento de R\$ 100 milhões na despesa anual com o salário dos parlamentares desses 22 Estados e DE. A folha de pagamento somada, que foi de R\$ 265 milhões em 2022, sobe para R\$ 309 milhões este ano, R\$ 347 milhões em 2024 e R\$ 365 milhões no ano seguinte. O total entre 2023 e 2025 soma pouco mais de R\$ 1 bilhão. Os dados são de um levantamento da consultoria Radar Governamental a pedido do Valor.

Em 14 Estados, também foram aprovados aumentos para os governadores. Os salários variam de R\$ 10,5 mil a R\$ 35,4 mil por mês.

Os aumentos da classe política vão ter impacto nos orçamentos estaduais até 2026 e ocorrem em momento em que os Estados buscam reverter a queda de arrecadação com as alíquotas menores do ICMS para combustíveis e energia elétrica e comunicações.

De acordo com o advogado Jonas Del Nobile, sócio da Radar Governamental, a alta dos vencimentos em nível federal abriu caminho para a discussão em

quase todas as casas legislativas do país. "Os deputados que não aprovaram foram, em grande maioria, por perda do timing, porque faltou tempo hábil para discutir a matéria", diz Del Nobile.

Em dezembro de 2022, o Congresso Nacional aprovou reajuste de 37,32% para presidente da República, vice-presidente, ministros, senadores e deputados federais. O aumento será concedido em parcelas. Para 2023, houve reajuste de 16,37% em 1-de janeiro e previsão de um novo, de 6%, em 1 -de abril. Em 2024 e 2025, as taxas ficam em torno de 5%.

Com a mudança em âmbito federal, os cálculos foram rapidamente replicados nos Estados sob argumento de reposição de perdas inflacionárias. Os deputados estaduais podem receber até 75% do que ganha um deputado federal.

De acordo com a Radar Governamental, os salários dos deputados estaduais passaram do máximo de R\$ 25,3 mil em dezembro de 2022 para R\$ 29,4 mil em janeiro de 2023, aumento de 16%.

Segundo a consultoria, a maioria dos Estados aplicou escalonamento semelhante ao do governo federal. Em São Paulo, por exemplo, o salário dos deputados vai passar de R\$ 29,4 mil para R\$ 31,2 mil ainda em 2023, com um reajuste programado para abril. Em 2024, o vencimento salta para R\$ 33 mil, aumento de 5,6%, chegando a R\$ 34,7 mil em 2025, mais 5,3% sobre o ano anterior. A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo disse que o reajuste aprovado está contemplado no "Orçamento Anual do Legislativo". Afirmou ainda que os "subsídios" dos parlamentares estavam congelados desde 2016, sendo um dos menores do Brasil, e que só agora se iguala ao restante do país.

Também em nota, o governo de São Paulo disse que trabalha para valorizar os **servidores públicos**, que têm remuneração disciplinada por legislações próprias, sendo o salário do governador do Estado um limitador para os vencimentos recebidos individualmente. "O aumento do teto salarial não causará prejuízos à Lei de responsabilidade fiscal. A atual gestão atua com a perspectiva de um significativo ganho de eficiência da administração pública que, entre outras medidas, permitirá uma sensível redução dos gastos do Estado.

O teto do funcionalismo público é o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Para Gil Castello Branco, presidente da organização não-governamental Contas Abertas, a fila de reajustes foi "puxada" pelo STF, que já havia aprovado, em agosto, proposta de reajuste salarial de 18% para os servidores do Poder Judiciário da União. "Foi um balizador para aumentos que ocorreram posteriormente", diz ele.

Especialista em contas públicas, o economista Murilo Viana diz que outros fatores podem ter contribuído para um cenário favorável aos reajustes. Ele cita o "boom" na arrecadação dos Estados com o aumento do preço de commodities, principalmente o petróleo, e a **inflação**. "Houve uma pressão muito forte para que esse aumento de arrecadação se transformasse em aumento de remuneração", observa.

O economista lembra que qualquer medida de revisão ficou impedida na pandemia, pois os aumentos estavam proibidos até dezembro de 2021 pela Lei Complementar 173, promulgada em 2020 em função da emergência sanitária.

"O ponto chave é a reversão dessa perspectiva [de alta da arrecadação] por causa do ICMS. Os Estados estão judicializando no Supremo Tribunal Federal, mas virou um buraco fiscal", alerta Viana. Ele também diz que a **inflação**, inicialmente positiva por "inchar" a arrecadação, pode se tornar um problema porque também serve de parâmetro para reajustes contratuais dos governos, revistos de 12 em 12 meses.

Del Nobile avalia que o número de governadores que aprovou o próprio aumento só não foi maior para evitar um desgaste político no início do mandato. "Na medida em que são os próprios governadores que apresentam os projetos nas assembleias, eles acabam buscando se afastar de matérias que podem ter repercussão negativa nesse primeiro momento", diz ele.

O economista Murilo Viana faz leitura no mesmo sentido e ressalta que as medidas do Executivo têm mais visibilidade e, por isso, os governadores são mais pressionados a conter despesas.

Ele destaca ainda que o teto de várias categorias do Executivo é reajustado de acordo com o salário dos governadores, o que pode amplificar o efeito de um aumento: "As consequências fiscais para o aumento do chefe do poder Executivo são mais significativas que no Legislativo porque o transborda-mento é mais perceptível." Para Castello Branco, os recursos poderiam ser mais bem utilizados para outras finalidades. Ele rebate o argumento de que os reajustes não constituem aumento salarial na medida em que teriam objetivo de apenas repor a **inflação**.

"[Os aumentos] são socialmente injustos. Seriam justos se atingissem todas as categorias de trabalhadores", defende o economista.

Economista e professora de política econômica da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Carla Beni critica a aprovação das medidas no fim de dezembro, no "apagar das luzes" de vários governos. Para ela, a classe política precisa reavaliar a relação de confiança e de representatividade com a população. "Você tem um escândalo nacional que é a [falta] de correção do salário mínimo. A classe política precisa seriamente entender que tem coisas que mesmo sendo legais, há momentos certos para se fazer", afirma.

Em recuperação fiscal, RS e GO aprovam reajustes

A corrida para elevar os próprios salários não poupou os Estados que pediram socorro à União para conseguir colocar as contas em dia. Apesar de estarem em Regime de Recuperação Fiscal (RRF), Rio Grande do Sul e Goiás aprovaram aumentos para os deputados estaduais. A iniciativa não fere necessariamente o acordo, informou o Tesouro Nacional. "Está tudo dentro do regimento, mas chega a ser imoral. O Estado nesse tipo de regime não tinha que fazer aprovação de aumento dos parlamentares", afirma Carla Beni, economista da FGV.

No caso gaúcho, o governador reeleito Eduardo Leite (PSDB) também sancionou aumento do próprio salário e de demais cargos da estrutura executiva. O vencimento do tucano sofreu reajuste de 32%. Vai passar de R\$ 26, 8 mil para R\$ 35,4 mil, um dos maiores do país.

Em Goiás, a Assembleia Legislativa aprovou aumento próprio e gratificação para os cargos de primeiro e segundo escalões do Executivo. O salário do governador Ronaldo Caiado (União) - R\$ 27,5 mil por mês - ficou inalterado.

"Em Minas e Goiás existe uma certa tradição dos chefes do Executivo, reeleitos com bandeiras de controle fiscal, de distanciamento de projetos que aumentem o gasto público", explica Jonas Del Nobile, sócio da Radar Governamental.

Em Minas, cuja a adesão ao RRF é negociada, o governador Romeu Zema (Novo) não recebeu reajuste. O Legislativo, por outro lado, aprovou aumento de 37% até 2025.

"Teoricamente todos deveriam fazer o ajuste, mas não é assim que funciona e o Executivo precisa do Legislativo para governar", diz o economista Murilo Viana.

No Rio de Janeiro, primeiro a aderir ao Regime, um projeto para aumento de salários dos deputados chegou a ser apresentado. O texto recebeu várias emendas e não foi adiante. Fontes afirmam que não existe projeto para aumento de salários no Executivo.

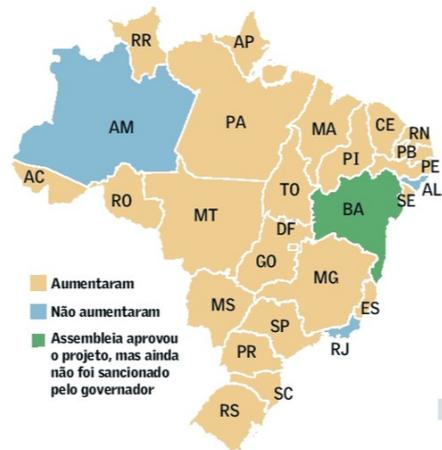
A secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul informou, por nota, que a definição de subsídio do governador cabe à assembleia. A pasta acrescentou que as vedações do RRF não são absolutas e podem ser "compensadas ou afastadas, desde que adequadas ao equilíbrio fiscal". O Estado disse ainda que vai buscar "ajustes que possam adequar suas despesas à nova realidade de receitas". O governo de Goiás informou, por escrito, que a fixação dos subsídios não viola os dispositivos do regime, "uma vez que a medida está ressalvada no Plano de Recuperação Fiscal" e está em "consonância com o planejamento de ajuste das contas públicas do Governo do Estado". (PMeRC)

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187446>

Efeito cascata

Estados aumentaram salário de deputados e governadores

Deputados

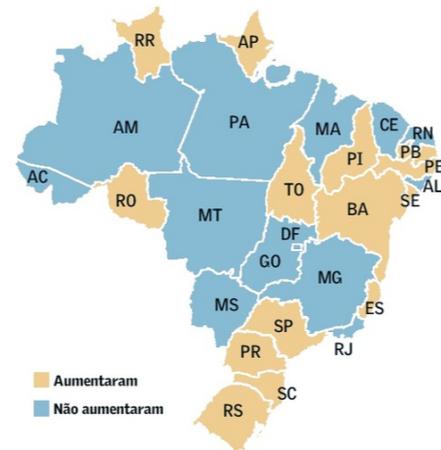


Quanto custa um deputado

Salário mensal (em R\$ mil)



Governadores



Fonte: Radar Governamental. * Haverá novo reajuste, para R\$ 31,2 mil, em 1º de abril

Cenário externo melhora e dá chance para Brasil fazer ajustes (Editorial)

O arrefecimento da **inflação** nos países desenvolvidos trouxe uma lufada de otimismo sobre a economia global, a ponto de já se poder antever, com toda a cautela possível, que a economia europeia e a americana não mergulharão em recessões longas e profundas sob impacto dos aumentos dos juros determinados pelos Bancos Centrais, que prosseguirão. Essas economias estão esfriando, mas o pico da **inflação** ficou para trás e ela está de fato cedendo. Os movimentos que um cenário melhor em formação deixa entrever abrem mais uma janela de oportunidade para que o Brasil tenha tempo (ainda que não muito) para arrumar a casa fiscal e preparar o caminho do crescimento.

Após ter suportado a mais rápida escalada dos juros em décadas, a economia americana cresceu 2,9% no quarto trimestre e 2,1 % no ano passado. Até mesmo em dezembro, o último mês do ano, a média das projeções dos membros do Fed para o ano era de 0,5%. Mas os juros frearam de fato a economia, o que apareceu de forma bem mais clara nos meses finais do ano. A expansão do **PIB** no período ocorreu no começo do trimestre. Já em novembro e dezembro o consumo declinou significativamente, a indústria teve desempenho negativo, assim como as vendas de imóveis. A força do **PIB** foi atribuída por vários analistas a fatores indesejados, como a formação de estoques por varejo, indústria e setor de construção, fruto da retração do consumo.

A **inflação**, na medida preferida pelo Federal Reserve, a dos gastos pessoais de consumo, fechou o ano em 5%, depois de ter ultrapassado 7% há pouco tempo. O núcleo desse índice recuou a 4,4%. O PCE de serviços, que concentra a atenção do Fed segue alto: 5,2% em dezembro. Todas as medidas, no entanto, estão bem acima da meta de 2%, e o Fed prosseguirá com aumento de juros, agora em menores doses, já que o ciclo de altas já foi quase todo percorrido, e aponta, em seu final, para algo entre 5% e 5,5%. Ou seja, haverá mais aperto monetário no momento em que a economia mostra que perdeu fôlego.

A **inflação** também recua do outro lado do Atlântico, onde a certeza de uma recessão na zona do euro deu lugar à perspectiva de um crescimento zero ou ligeiramente positivo. A maior economia do bloco, a Alemanha, teve expansão no ano passado, em meio a muitas adversidades. O cenário europeu é dominado

pelos rumos da invasão da Rússia na Ucrânia. Uma grande parte da **inflação** se deve a ela, que fez explodir os preços da energia, enquanto os governos tentavam se livrar da dependência do fornecimento russo, movimento que também foi feito por Moscou, cortando o suprimento.

Há novos capítulos, como um teto de preço também para o diesel, e outros certamente se sucederão, mas o primeiro deles não foi tão trágico. O inverno foi mais ameno do que poderia ter sido, e os estoques de gás europeu de outras fontes foram formados com rapidez. Por isso, sem novo choque de energia, a **inflação** está cedendo e o impacto sobre as atividades econômicas, antes imaginado como paralisante, não ocorreu. A **inflação**, porém, continua alta como nunca em 40 anos e o Banco Central Europeu, que saiu atrás no ajuste dos juros, prosseguirá com a terapia - há apostas de pelo menos mais dois aumentos que levarão a taxa para 3% ou mais.

A China fez reviravolta completa em sua política contra a covid-19, abriu as fronteiras e espera livrar-se das restrições que reduziram sua expansão a 3%, abaixo da meta de 5,5%. A aceleração do crescimento pode não ser tão intensa como muitos esperam, nem ocorrer tão rápido, diante da celeridade dos contágios e dos problemas de infraestrutura para atender os doentes. Mas há consenso de que o desempenho da economia será melhor e tanto melhor quanto mais estímulos forem dados ao setor imobiliário, que cambaleia com o estouro da bolha. É pouco provável, porém, que o apoio seja generalizado e de grande magnitude.

Há várias incertezas. O preço das commodities pode cair, ou subir pouco, o que seria bom para a **inflação**. Com menor ímpeto de aperto monetário nos EUA, o dólar está perdendo força, o que retira um elemento de tensão inflacionária importante no Brasil, às voltas com impasses fiscais. Os investidores estão alocando mais recursos para os países emergentes, e, sem alarde, o Brasil recebeu US\$ 90 bilhões em investimentos diretos, a maior quantia em duas décadas. Novas regras fiscais satisfatórias e um avanço sério na **reforma tributária** poderão abrir melhores perspectivas para uma economia que deve marcar passo entre 0 e 1 % neste ano.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Cenário externo melhora e dá chance para Brasil fazer ajustes

Presidente da Petrobras aposta em novo fundo para frear preço dos combustíveis

RIO - O novo presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, conta com a criação de um fundo para tentar frear a alta dos preços dos combustíveis nas bombas e reduzir o impacto da volatilidade dos derivados do petróleo, do gás de cozinha e do gás natural para o consumidor final. Especialistas alertam, porém, que o mecanismo deveria se restringir ao diesel devido ao alto custo para os cofres públicos.

A proposta já foi aprovada no Senado no início de 2022, com relatoria do próprio Prates, então senador (PT-RN). Agora, o projeto deve voltar à pauta na retomada do ano legislativo, em fevereiro, quando tramitará na Câmara.

A interlocutores, Prates defende que o mecanismo da chamada Conta de Estabilização - abreviada na sigla CEP-Combustíveis - seria a melhor opção de curto prazo para os combustíveis. O mecanismo seria capaz de conferir preço aceitável pelo consumidor final, mas sem punir produtores e importadores, recompensados pela conta.

Já no médio e longo prazos, a saída avaliada pela Petrobras seria aumentar a capacidade de refino da estatal. Isso reduziria a exposição do mercado brasileiro às variações das cotações internacionais, porque eliminaria a dependência de derivados importados.

A atual política de preços da Petrobras - de paridade com o mercado externo - foi alvo constante de críticas do ex-presidente Jair Bolsonaro, e também já foi atacada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O mercado teme que ingerências políticas possam afetar os resultados financeiros da companhia.

Alerta

Países desenvolvidos têm optado por uma tributação flutuante para equilibrar o preço dos combustíveis diante das oscilações do petróleo no mercado internacional; outros, mais próximos ao perfil do Brasil, como Chile e Peru, têm fundos de estabilização para proteger a população da variação de preços, aponta estudo da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

No Chile, o mecanismo protege apenas o querosene doméstico e é usado com **tributos** flutuantes. Já o Peru usa um fundo de estabilização para equilibrar os

preços da gasolina, diesel, gasóleo e óleo combustível em sistemas isolados. Tem ainda um plano de subsídio para o gás liquefeito de petróleo (GLP), em estratégia similar ao que pode acontecer no Brasil.

Especialistas ouvidos pelo Estadão/Broadcast alertam que o ideal seria um modelo mais próximo ao do Chile, ou seja, estabilizar os preços apenas de um produto. No caso brasileiro, afirmam esses especialistas, o produto a ser escolhido deveria ser o diesel, que tem cerca de 30% do volume consumido importado de outros países. Alguns defendem, inclusive, que o fundo se limite a caminhoneiros, diante de limitações orçamentárias para compor algo mais amplo, que contemple a gasolina.

A equipe econômica do ex-presidente Bolsonaro, chefiada pelo ex-ministro Paulo Guedes, sempre foi contra a criação da conta de estabilização.

Projeto prevê preço de referência

O texto em tramitação no Congresso que cria um fundo de estabilização para os combustíveis prevê a fixação de um preço de referência, a ser divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), e ainda uma banda com valores mínimos e máximos.

Quando o preço de referência ultrapassasse o teto da banda, a diferença seria paga pela CEP a distribuidores e importadores, que praticariam preços abaixo dos de mercado. Em caso contrário, na baixa, a diferença entre a referência e o piso da banda seria incorporada ao fundo.

Cada combustível teria uma conta específica, a ser criada e regulamentada pelo Poder Executivo, e gerida por um banco público. O auxílio-gás e programas similares, como um auxílio gasolina para motoristas autônomos e entregadores, teriam preferência no recebimento de verbas públicas.

A ideia é que o fundo receba participações do governo relativas ao setor de petróleo e gás destinadas à União, resultantes da concessão e da comercialização do excedente em óleo no regime de partilha de produção, ressalvadas as parcelas já vinculadas a determinadas áreas.

Também seria reforçado por dividendos (lucros distribuídos a acionistas) da Petrobras pagos à União, receitas públicas geradas com a evolução das cotações internacionais do petróleo bruto, desde que haja previsão em lei específica, e parcelas de superávits financeiros extraordinários.

Reação

Para Pedro Rodrigues, diretor e sócio do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie) , o grande problema da criação da CEP está nos recursos necessários para que comece a funcionar. A pergunta é se esse volume de recursos vai ser suficiente para montar uma conta de estabilização desse tamanho , disse ele. Na minha avaliação, não será, principalmente se se colocar gasolina e diesel. A primeira coisa seria colocar um fundo só com diesel, de preferência com foco nos caminhoneiros.

Rodrigues argumenta ainda que a gasolina é um produto que pode ser substituído por etanol, gás ou eletricidade e, portanto, poderia ser excluída do mecanismo. Segundo o especialista, a maior preocupação deve ser não retomar práticas feitas em governos anteriores do PT, sobretudo de Dilma Rousseff (PT) , quando ocorreu congelamento de preços. Ele defende que a empresa não deve abandonar totalmente a política de preços de paridade de importação (PPI).

Marcelo de Assis, consultor de óleo e gás da Wood Mackenzie , faz avaliação semelhante. Segundo ele, a primeira dificuldade para a criação do mecanismo é a fórmula do preço de referência - que também terá de contemplar a estrutura de custos de refinarias privadas, como a Acelen, na Bahia. Ele defende sua aplicação somente para o diesel e o gás de cozinha, estratégicos para transportes e para a população de baixa renda, respectivamente. Em algum nível, teria de abrir a planilha de custos dessas empresas, e isso não é simples.

Para Emerson Kapaz, presidente do Instituto Combustível Legal (ICL) , uma iniciativa das grandes distribuidoras, é fundamental que o teto da banda que ativa a conta seja alto. O objetivo seria evitar seu acionamento a todo instante e permitir que o sistema seja ao máximo fechado , dispensando a injeção contínua de verbas públicas. Tanto Assis quanto Kapaz defendem que o ideal seria formar uma reserva antes de gastar, o que depende da criação da conta em momento de baixa de preços, do qual o mercado ainda está longe.

Demora na aprovação é preocupação para a estatal

Com questões como a **reforma tributária** e a nova

âncora fiscal pendentes, a aprovação do projeto ainda não é tratada com prioridade nas articulações do Planalto com o Legislativo, e tende a não sair nos primeiros 100 dias do terceiro mandato de Lula. A demora pode deixar a Petrobras em novo apuro, entre pressões da política e do mercado. Um eventual aumento do ICMS pelos Estados e sanções europeias sobre os derivados russos podem gerar uma escalada dos preços dos combustíveis. A isenção de **impostos** federais sobre esses combustíveis, ainda que prorrogada, também tem data para acabar, o que acrescenta mais um fator à equação.

Para Pedro Rodrigues, Cbie, a aprovação do fundo na Câmara pode ter resistência, já que o mecanismo pode ser tachado de subsídio a combustíveis fósseis. Além disso, se utilizados **tributos** obtidos com o pré-sal - que, pela legislação em vigor, deveriam ser transferidos para o Fundo Social -, o montante reservado para educação e saúde seria reduzido. Na capitalização via royalties (do pré-sal), como fica o papel da Marina Silva (ministra do Meio Ambiente)? Você está subsidiando o combustível fóssil com dinheiro público , afirma.

+ Os melhores conteúdos no seu e-mail gratuitamente. Escolha a sua Newsletter favorita do Terra. Clique aqui!

Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/presidente-da-petrobras-aposta-em-novo-fundo-para-frear-preco-dos-combustiveis,0bd2100db752a3486f8d1a252a5fc217ide25tjj.html>

Grandes fortunas podem acabar com a fome (Editorial)

Correio Braziliense

A ideia de utilizar a enorme riqueza existente e concentrada nos últimos anos, principalmente por causa da pandemia de covid-19, na mão de uma minoria abastada para combater o flagelo da fome que atinge milhões de pessoas em todo o planeta vem ganhando força nas discussões e fóruns internacionais. No Fórum Econômico Mundial, em Davos, este mês, uma iniciativa começou a ganhar corpo com mais de 200 milionários questionando os líderes mundiais: "Por que motivo, nesta era de múltiplas crises, você continua tolerando a riqueza extrema?". Não querem, obviamente, condenar a riqueza, uma vez que são beneficiários dela, mas trazem para a discussão o fato de se os bilionários não podem contribuir com um pouco mais do que acumulam em **impostos** para combater a fome.

No documento assinado por herdeiros da Disney, o ator Mark Ruffalo e milionários e bilionários dos Estados Unidos, do Reino Unido, da Alemanha, do Canadá, da Holanda, da França, da Suécia e da Itália é dito que "a solução é simples para todos verem. Vocês, nossos representantes globais, devem tributar a nós, os ultrarricos, e devem começar agora".

O texto sugere uma relativa facilidade, o que não corresponde à realidade. O capital não tolera desaforo e muda de país toda vez que os **impostos** se tornam um peso. Isso indica a impossibilidade de se taxar os bilionários? Não. O imposto justo e efetivamente usado para o combate à fome não será rejeitado, pois o crescimento das desigualdades é uma ameaça.

A carta dos milionários foi uma reação a um estudo da ONG Oxfam mostrando que o 1% mais rico do mundo ficou com dois terços de toda a riqueza gerada desde 2020. Um valor perto de US\$ 42 trilhões, valor seis vezes maior do que o dinheiro que 90% da população conseguiram no mesmo período. Os últimos anos foram marcados pelo crescimento da riqueza extrema e da pobreza extrema, situação que, a médio prazo, pode se tornar insustentável com fluxos migratórios de populações pobres para regiões ricas. Nas contas da Oxfam, um aumento de 5% na taxa dos mais ricos seria suficiente para arrecadar R\$ 1,7 trilhão, o suficiente para tirar da fome e da pobreza 2 bilhões de seres humanos.

Essa discussão ocorre exatamente no momento em que o Brasil começa a encaminhar o debate sobre a reforma dos **impostos**, com a perspectiva de aumento da taxa para os mais ricos. Efetivamente, a Constituição Federal de 1988 prevê o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) no Inciso VII do Artigo 153. A Carta Magna determina, no entanto, a instituição do tributo à legislação complementar, que, passados quase 35 anos, não foi votada no Congresso. Tanto na Câmara, que chegou a instituir o IGF para atender a necessidade de recursos na pandemia - o que não se efetivou -, quanto no Senado há projetos de lei para regulamentar a taxa sobre grandes fortunas.

A tramitação das propostas está parada.

Embora nenhum bilionário brasileiro tenha assinado a carta apresentada em Davos, não há como escapar do debate e da regulamentação de um imposto sobre grandes fortunas. E aqui é preciso ressaltar que não se está falando sobre propriedade de casa e automóvel de padrão alto, ou de pequenos empreendedores, mas, sim, da parcela da sociedade que detém várias dezenas de milhões a até bilhões de reais. Corrigir distorções fiscais que levaram um trabalhador que recebe R\$ 1.903,98 a pagar Imposto de Renda vai exigir mais do que apenas elevar a faixa de isenção para R\$ 5 mil, como propõe o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Vai ser preciso que o imposto previsto na Constituição seja criado e colocado em prática, não para encher as burras de um estado gastador, mas sim para colocar o país no caminho de minimizar suas desigualdades sociais e crescer de forma sustentável.

Golpistas presos devem à União pelo menos R\$ 1,3 milhão



Prejuízo duplo. Além dos danos materiais provocados pela depredação das sedes dos Poderes, ao menos 14 golpistas devem mais de R\$ 30 mil à União

DIMITRIUS DANTAS dimitriusdantas@sp.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Além dos danos causados pela destruição do patrimônio público durante os atos golpistas de 8 de janeiro, pelo menos 54 dos presos durante as invasões ao Palácio do Planalto, ao Congresso e ao Supremo Tribunal Federal (STF) devem dinheiro à União. São débitos referentes a pendências trabalhistas, previdenciárias e tributárias, sobretudo do Simples Nacional, regime de recolhimento de grande parte das micro e pequenas empresas. Um levantamento do GLOBO, com base na Lista de Devedores da Dívida Ativa, revelou que o governo poderia recuperar pelo menos R\$ 1,3 milhão caso os golpistas inadimplentes pagassem o que devem.

Além disso, outros sete detidos durante os atos devem mais R\$ 3,6 milhões. Esse grupo, porém, já renegociou suas dívidas e começou a pagá-la parceladamente. O nome do devedor só sai da Dívida Ativa quando ele quita completamente sua pendência. Pelo menos 14 dos presos têm dívidas ativas maiores do que R\$30 mil.

O cálculo dos danos provocados pelos golpistas não está completo. No Supremo, considerado o local onde a destruição foi maior, a estimativa é que a ação tenha causado um prejuízo de R\$ 5,9 milhões apenas em itens como cadeiras, mesas, vidraças e equipamentos eletrônicos. O valor não inclui os estragos feitos em obras de arte e outras peças históricas, cujos prejuízos são inestimáveis.

BLOQUEIO DE BENS

Para garantir o ressarcimento pelos danos, a Justiça

Federal bloqueou bens num total de R\$ 18 milhões de pessoas e empresas apontadas como financiadoras. A lista foi apresentada pela Advocacia-Geral da União após identificar quem foram os responsáveis por fretar os ônibus que levaram os invasores a Brasília.

Entre os presos devedores, a maior cifra cabe a Luiz Fernandes Venancio, que é cobrado em R\$ 186 mil, seguido por Paulo Eduardo Vieira Martins, com R\$ 183 mil. O GLOBO procurou a defesa de ambos, mas não houve resposta. Segundo os dados da lista de devedores, boa parte desse valor é composto por dívidas tributárias referentes ao pagamento do Simples ou do Imposto de Renda.

Antes de ser preso, Venancio usou as redes sociais para cobrar ação das Forças Armadas para impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Num vídeo compartilhado por ele na véspera dos atos, um apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro diz que os militares são "vergonha da nação" e que "não fazem nada". Diz ainda ser preciso "invadir" o Congresso para acabar com esses "babacas".

Outro na lista de devedores, com uma dívida de R\$ 33 mil com a União, o empresário José Paulo Alfonso Barros, de Mato Grosso do Sul, por sua vez, transmitiu ao vivo sua participação nos atos golpistas. Nas publicações compartilhadas nas redes sociais, Barros aparece de máscara dentro do Congresso Nacional, andando pelo Salão Verde e outras áreas.

Para o levantamento, O GLOBO considerou todos os 1.406 presos no dia 8 que tiveram suas situações analisadas pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF. Desse grupo, 942 permaneceram detidos e outros 464 foram liberados. Foram considerados apenas aqueles com dívida ativa na relação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Os valores levam em consideração a dívida inscrita na pessoa física dos presos. A Lista de Devedores da PGFN publica a relação daqueles com débitos relativos a todos os tipos de **tributos** federais, além de multas com a Justiça Eleitoral ou de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Não estão incluídos na lista, segundo a PGFN, os débitos parcelados, garantidos ou com exigibilidade suspensa. Os nomes são excluídos em até 75 dias em caso de pagamento, dependendo do tipo de tributo devido,

segundo a Procuradoria.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Escândalo fiscal derruba líder conservador no Reino Unido



Defenestrado. Nadhim Zahawi disse ter sido "descuidado" com os impostos

O primeiro-ministro britânico, Rishi Sunak, demitiu o presidente do Partido Conservador, Nadhim Zahawi, depois que uma investigação descobriu violações de regulamentos ministeriais devido a seus problemas com a Receita do país, anunciou o governo britânico. Em carta a Zahawi, Sunak disse que a revisão independente do assunto foi concluída e "é claro que houve uma violação grave do Código Ministerial. Como resultado, eu o informei da minha decisão de removê-lo de sua posição". O caso aconteceu quando Zahawi era ministro das Finanças de Boris Johnson, entre julho e setembro de 2022.

ACORDO DE R\$ 32 MILHÕES Zahawi, 55 anos, alegou que foi "descuidado" com seus **impostos** e pagou uma conta retroativa de vários milhões de libras à Receita. Isso, e a revelação de que ele também havia incorrido em uma penalidade por não pagar a quantia correta no momento certo, levou a uma pressão crescente de dentro de seu próprio partido, o mesmo do premier, para que ele se demitisse ou para que Sunak o fizesse.

A saída de um político que também atuou como ministro sem pasta no Gabinete de Sunak será um alívio para o premier, depois que a controvérsia ameaçou desviar seu governo do curso e distrair sua prioridade declarada de reviver a moribunda economia do país.

A situação também permitiu que o líder do Partido Trabalhista, Keir Starmer; acusasse Sunak de ser "irremediavelmente fraco" por não ter demitido Zahawi e estabelecer uma ligação entre os assuntos tributários do presidente do partido e a esposa de Sunak, Akshata Murty, que se envolveu em um escândalo fiscal no Reino Unido por declarar-se "não residente" às autoridades fiscais britânicas, o que lhe garantiu isenção dos **impostos** do país.

Depois de inicialmente apoiar Zahawi, Sunak encomendou o inquérito ético, dizendo que a declaração de seu colega em 14 de janeiro sobre o pagamento de **impostos** mudou o cálculo. Na quarta-feira, ele disse que era certo deixar o "devido processo" seguir seu curso e aguardar o resultado da investigação, sugerindo também que a opção mais fácil teria sido demiti-lo imediatamente.

Segundo a BBC, o valor do acordo de Zahawi com a Receita decerca de S\$ 32 milhões de libras (R\$ 32 milhões). A multa por atraso foi liquidada em 2022, no breve período em que comandou o Ministério das Finanças, sob Boris Johnson. (Com AFP e Bloomberg.)

O que podemos esperar de 2023 (Artigo)

Nicolas Ballian

Ao olharmos para 2022, a economia global enfrentou uma conjuntura crítica com várias crises paralelas e muitas vezes relacionadas. A polícrise sobre nós incluiu o legado da COVID-19, guerra na Europa, enorme choque de energia, **inflação** significativa, ciclo de aperto monetário global, dólar americano forte, crescimento mais lento da história recente da China, endividamento global e tensões crescentes entre os EUA e a China, para citar alguns.

Entre as economias desenvolvidas é provável que os EUA cresçam de forma mais intensa em 2023. A confiança do consumidor caiu significativamente ao longo de 2022, pois a **inflação** superou o crescimento dos salários, afetando os padrões de vida, mas o consumo permaneceu robusto, com vendas no varejo surpreendendo positivamente.

A Europa foi afetada desproporcionalmente pela guerra da Rússia na Ucrânia, com os custos de energia aumentando significativamente e a alta da **inflação** provocando uma crise de custo de vida. O próximo inverno é muito mais incerto, pois a Europa terá que reabastecer seu armazenamento sem acesso à energia russa e com a concorrência da China pelo gás natural liquefeito (GNL).

Esperamos que os mercados emergentes continuem a crescer, impulsionando o crescimento global muito baixo, de cerca de 2%. Após crescimento de cerca de 3% em 2022, esperamos que a China acelere moderadamente para cerca de 5% de crescimento em 2023.

O Brasil esteve sujeito em 2022 às mesmas intempéries que as economias desenvolvidas, resultado principalmente da falta de previsibilidade, estabilidade e confiança nos investimentos. Porém, enquanto se espera que potencialmente os países desenvolvidos enfrentem um período de recessão (negócios com tendências anticíclicas, reestruturações e potencialmente falência de empresas), economias emergentes e em recuperação como o Brasil, poderão apresentar um crescimento oportunístico maior que nos últimos anos.

A transição para energia verde/limpa, ainda custosa quando precisa ser implementada de forma tempestiva, tem recebido impulso extra com apoio de diversos governos. ESG terá ampliação de ações, mas também de regulação - que busca padronizações

globais de mensuração de esforços e aplicação -, bem como de penalidades a greenwashing. As tensões entre Estados Unidos e China continuarão e o Brasil, aparte a estes conflitos, pode se beneficiar enquanto destino de investimentos.

Um dos cães que não latiram desde o início da pandemia é uma crise de dívida soberana de mercado emergente (ME), mas esperamos que ela surja em 2023. Várias economias de ME foram superalavancadas antes da pandemia e tiveram que contrair empréstimos significativos, para financiar suas respostas pandêmicas.

Temos poucas dúvidas de que a demanda por apoio do FMI e do BM aumentará em 2023. A principal questão é se haverá uma década perdida para os mercados emergentes, como a crise da dívida latino-americana dos anos 1980.

A trajetória atual da taxa do Fed, provavelmente, levará a uma recessão nos EUA no segundo semestre. Com os bancos centrais subindo as taxas e encolhendo seus balanços e muitos investidores mudando para dinheiro, a liquidez foi retirada em um ritmo rápido em 2022. Isso deixou até mesmo a maior e mais líquida classe de ativos do mundo - o Tesouro dos EUA - superficial e volátil. Os títulos do Tesouro dos EUA são a base para a taxa livre de risco, o alicerce para a precificação de muitos títulos globalmente.

O presidente da China, após anos de tensões comerciais com o Ocidente, continuou a seguir uma política de transferências forçadas de tecnologia e subsídios governamentais para setores estrategicamente importantes. Em resposta, o governo Biden tornou-se cada vez mais agressivo em seus esforços para conter a China e impedir seu progresso tecnológico e militar com a Lei CHIPS e os controles de exportação de tecnologia. Mas, imediatamente, isso aumentará as tensões entre a China e Taiwan - um importante aliado estratégico dos EUA - e, talvez mais do que qualquer outra parte do mundo, um país do qual o Ocidente e a China dependem inteiramente para a próxima geração de semicondutores sofisticados.

Ao olharmos para o impacto potencial da guerra da Rússia contra a Ucrânia em 2023, recomendamos pensar em desenvolvimentos em três áreas: a guerra no terreno na Ucrânia, os possíveis cenários de escalada que não vimos em 2022, mas não podem ser

descartados para 2023 e as ramificações da guerra para aqueles fora da Rússia e da Ucrânia.

O resto do mundo também continuará a ser afetado pelos efeitos da guerra. A Europa provavelmente enfrentará um inverno difícil com preços de energia muito altos, embora talvez um pouco amortecidos, se as temperaturas mais altas do que o esperado continuarem durante o inverno.

Nos Estados Unidos, é provável que o apoio à Ucrânia esteja menos ameaçado do que se a "onda vermelha" tivesse se materializado e os republicanos tivessem assumido o controle do Senado, mas o controle republicano da Câmara pode tornar mais difícil para o presidente Biden garantir financiamento contínuo para armas para a Ucrânia.

Enquanto governos e empresas de todo o mundo se esforçam para voltar à vida como era antes da pandemia de COVID-19, eles precisam estar preparados em 2023 para uma nova "era de pandemias". Múltiplas forças estão conspirando juntas para aumentar a frequência com que novas doenças surgem e depois se espalham pelo mundo: desmatamento, pecuária intensiva, urbanização, migração e viagens. A mudança climática está ampliando todas essas forças e adicionando uma nova ameaça - temperaturas mais altas - tornando as doenças "tropicais" agora rotineiras em países não tropicais.

O cenário regulatório ambiental, social e de governança (ESG) em evolução e a incorporação de fatores ESG nas estruturas de monitoramento e relatórios das empresas não mostram sinais de desaceleração em 2023. Os investidores continuam exigindo maior transparência e consistência ao relatar fatores ESG e estão examinando cada vez mais a integridade dos dados subjacentes.

O Brasil também está focando na transparência e consistência de divulgações ESG, especialmente sobre assuntos climáticos. A partir de agora, por exemplo, as empresas listadas precisarão reportar várias métricas e/ou fatores ESG ou justificar caso não o façam. Essas informações incluem suas práticas e/ou métricas associadas com a matriz de materialidade; as metodologias ou padrões ESG seguidos nos relatórios e/ou documentos relacionados; se as informações estão auditadas ou não; se adotaram objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas e/ou as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD); se fizeram inventários e/ou divulgações sobre a emissão de gases de efeito estufa, bem como vários outros detalhes sobre seus programas e práticas ESG.

A tendência no Brasil é mais fiscalização das metodologias e premissas nos cálculos para que os investidores consigam melhor analisar e comparar fatores ESG.

Após uma regulamentação muito agressiva e uma agenda regulatória executada em 2022, espera-se que a SEC reoriente suas prioridades para abordar as realidades da mudança no controle da Câmara dos EUA, possíveis tensões recessivas nos mercados financeiros, preocupações cada vez maiores com fraude e o efeito de contágio da volatilidade e liquidez no mercado de criptomoedas.

Aconselhamos que as empresas continuem a aprimorar sua governança, supervisão, políticas e procedimentos de conformidade e treinamento com uma abordagem baseada em risco para lidar com exposições regulatórias.

Não deve haver dúvida de que as ameaças cibernéticas continuarão a evoluir e permanecerão um perigo constante para todas as organizações dos setores público e privado. A previsão é de que a velocidade e a sofisticação dos ataques cibernéticos em geral continuem acelerando. Em particular, estamos vendo a evolução dos ataques de ransomware. Anteriormente, os invasores simplesmente criptografavam dados, agora eles geralmente roubam dados antes da criptografia, o que lhes permite ameaçar publicar os dados, conhecido como dupla extorsão.

O ano de 2023 promete ser uma jornada mais difícil para a maioria dos consumidores, empresas e investidores em todo o mundo, mas sempre há oportunidades na volatilidade.

Nicolas Ballian. Head de Avaliação de Empresas na Kroll Brasil

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/30/01/2023/p1>



Apesar de críticas de Lula, governo não discute mudar meta de inflação

Nathalia Garcia, Idiana Tomazelli e Catia Seabra Brasília

As críticas abertas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à atual meta de **inflação**, mais baixa do que em suas gestões anteriores, deixaram o mercado em alerta sobre a possibilidade de revisão do objetivo a ser perseguido pelo Banco Central em sua política de juros. A retórica do petista, contudo, ainda não gerou iniciativas práticas para uma mudança.

Segundo diferentes interlocutores do governo ouvidos pela Folha, não há até o momento nenhuma discussão técnica para uma alteração das metas de **inflação**.

O tema entrou no radar porque Lula criticou publicamente as metas fixadas nos últimos anos - os alvos são 3,25% em 2023 e 3% em 2024 e 2025, com margens de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos. O petista também tem reclamado dos juros elevados, que, segundo ele, contribuem para o alto endividamento das famílias e travam o consumo.

"Você estabeleceu uma meta de **inflação** de 3,7%. Quando faz isso, é preciso arrochar mais a economia para atingir aquele 3,7%. Por que precisava fazer 3,7%? Porque não faz 4,5%, como fizemos [nos mandatos anteriores]? A economia brasileira precisa voltar a crescer", afirmou em entrevista à GloboNews, no dia 18.

O temor do mercado é que o presidente aposte suas fichas em uma meta de **inflação** mais alta na tentativa de empurrar o BC a cortar a taxa básica de juros, a Selic, hoje em 13,75%. Esse seria um dos poucos caminhos para o petista exercer alguma ascendência sobre a política monetária, já que o BC tem autonomia assegurada por lei.

O ponto central do debate é se a eventual mudança teria os efeitos esperados, já que a elevação da meta poderia transmitir a mensagem de um governo mais leniente com a alta de preços.

Nesse cenário, os agentes econômicos se sentiriam encorajados a repassar reajustes, na expectativa de que seus próprios custos aumentem, impulsionando ainda mais os preços - que já têm crescido em ritmo acelerado. No ano passado, a **inflação** estourou a meta pelo segundo ano consecutivo, fechando em 5,79%.

Durante a campanha, o tema da meta de **inflação** chegou a ser discutido nos grupos técnicos da Fundação Perseu Abramo, ligada ao PT. O ponto de partida era o olhar crítico à recente diminuição promovida desde o governo de Michel **Temer** (MDB).

Segundo interlocutores, os próprios economistas do partido reconheceram que, uma vez reduzida a meta de **inflação**, é difícil voltar para um patamar mais elevado, sob o risco de bagunçar as expectativas dos agentes econômicos.

Em meio ao crescimento do debate, integrantes do governo Lula relatam à reportagem que estão atentos às críticas feitas pelo mercado. Aliados políticos do presidente, por sua vez, veem a possibilidade de o petista usar o discurso mais como bandeira política.

A meta de **inflação** é definida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), formado pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) e pelo presidente do BC, Roberto Campos Neto. Formalmente, a definição do objetivo depende dos três votos.

No cronograma habitual do CMN, o tema é discutido nas reuniões de junho, sempre com alguns anos de antecedência. Neste ano, por exemplo, a previsão é definir a meta de **inflação** a ser buscada em 2026.

Nada impede, porém, que o assunto seja colocado em discussão antes de junho, caso seja pautado por um dos integrantes do colegiado. A primeira reunião do CMN está prevista para 16 de fevereiro, após o encontro de janeiro ter sido cancelado por ausência de deliberações a serem avaliadas ou aprovadas, segundo os órgãos envolvidos.

Um dos formuladores do regime de metas de **inflação** adotado em 1999 no Brasil, o economista Sérgio Werlang, ex-diretor de Política Econômica do BC, é um dos poucos defensores da adoção de uma meta de **inflação** maior nos próximos anos, ao redor de 4% ou 4,5%.

Segundo ele, um alvo baixo "desmoraliza o sistema". "Você acaba botando um número que não é factível, que força que o BC seja muito conservador, eleve muito a taxa de juros. E, mais que tudo, mesmo

fazendo isso, muitas vezes ele erra", diz.

Ele argumenta ainda que o objetivo na casa dos 3% está muito baixo para a capacidade da economia brasileira, embora outros países emergentes, como o Chile, adotem esse mesmo parâmetro.

"Esses emergentes mais organizados têm uma estrutura fiscal muito melhor que a brasileira, é muito mais fácil equilibrar o Orçamento nesses países. A relação dívida/ **PIB** [Produto Interno Bruto] é bem mais contida que no Brasil, aqui tem uma rigidez muito grande nos gastos fiscais", afirma.

Werlang defende que o CMN repita a fórmula de metas ajustadas usada em 2003, no início do primeiro mandato do governo Lula, quando o alvo a ser perseguido pelo BC foi flexibilizado em 2003 e 2004 para acompanhar a trajetória de **inflação** projetada para os anos seguintes -pressionada por uma alta expressiva do dólar e por repasses de custos.

Uma nova mudança agora, em sua avaliação, é necessária para que o sistema de metas e a própria autoridade monetária retomem a credibilidade arranhada pelos recentes estouros -que tem chance de se repetir em 2023.

"Se essa transição não for bem-feita, pode ser pior do que manter do jeito que está. Mas, se fizer bem-feita, ganha credibilidade de volta." Já Henrique Meirelles, ex-presidente do BC (governo Lula) e ex-ministro da Fazenda (gestão **Temer**), se opõe à ideia de uma eventual revisão por metas ajustadas, argumentando que o problema inflacionário brasileiro deixou de ser estrutural, como no passado.

"Naquela época, com ausência de reservas e com dólar muito alto, era necessário fazer ao mesmo tempo uma acumulação de reservas e uma queda gradual na meta de **inflação**. Isso nos levou, portanto, a fixar metas graduais", diz.

"Hoje, o Brasil não tem problema cambial, a **inflação** é uma questão de expectativas dos agentes econômicos em razão dos problemas fiscais." Meirelles foi um dos condutores do processo de redução das metas de **inflação** no governo **Temer**. Defensor da medida, ele afirma que é "mais importante do que nunca" não mexer no alvo a ser perseguido "para que o BC possa controlar essas expectativas e trazer a **inflação** para a meta".

Meirelles considera que o possível raciocínio de Lula ao defender uma meta em torno de 4,5%, permitindo **inflação** mais elevada, é abrir espaço para uma queda de juros mais rápida e um maior crescimento do país.

"Se for esse [raciocínio], não vai funcionar assim. Na medida em que se altere a meta de **inflação**, vamos deteriorar expectativas, criar mais insegurança, criar mais problema e forçar o BC a ser mais duro ainda." Tony Volpon, ex-diretor de Assuntos Internacionais do BC, também vê como negativa qualquer flexibilização da meta de **inflação**. "Talvez ter colocado 3% foi um erro, mas não é o momento para mexer", afirma.

Para ele, eventuais ganhos com a mudança seriam anulados por uma reação negativa do mercado financeiro. "Teria um reajuste das taxas [de juros] nominais de tal forma que as taxas reais ficariam até mais pressionadas em razão de perda de credibilidade", diz.

Outro economista que considera contraproducente um eventual aumento da meta de **inflação** é Heron do Carmo, professor da FEA-USP (Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária, da Universidade de São Paulo). Ele lembra o histórico inflacionário do país, vê a medida como um fator de piora das expectativas e considera que será "muito custoso" retomar o controle.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, já disse em mais de uma ocasião que eventual mudança de metas futuras não é uma decisão que cabe somente à autoridade monetária, mas ressaltou que uma decisão nesse sentido não traria ganhos para a atuação no combate à **inflação**.

"O BC tem um voto dentro de três do CMN. Isso pode ser debatido no CNM, mas a opinião do BC hoje é que teria pouco a ganhar em termos de credibilidade", disse Campos Neto em março de 2022.

Werlang, por sua vez, lembra que o formato do sistema de metas foi idealizado de forma que a autoridade monetária fosse a voz minoritária, justamente porque o BC e seus integrantes tendem a ser "mais conservadores" em termos de **inflação**.

"O sistema foi pensado para que a decisão da meta para **inflação** estivesse fora do BC, para que o BC tivesse o que dizer, mas que não fosse a voz determinante", diz.

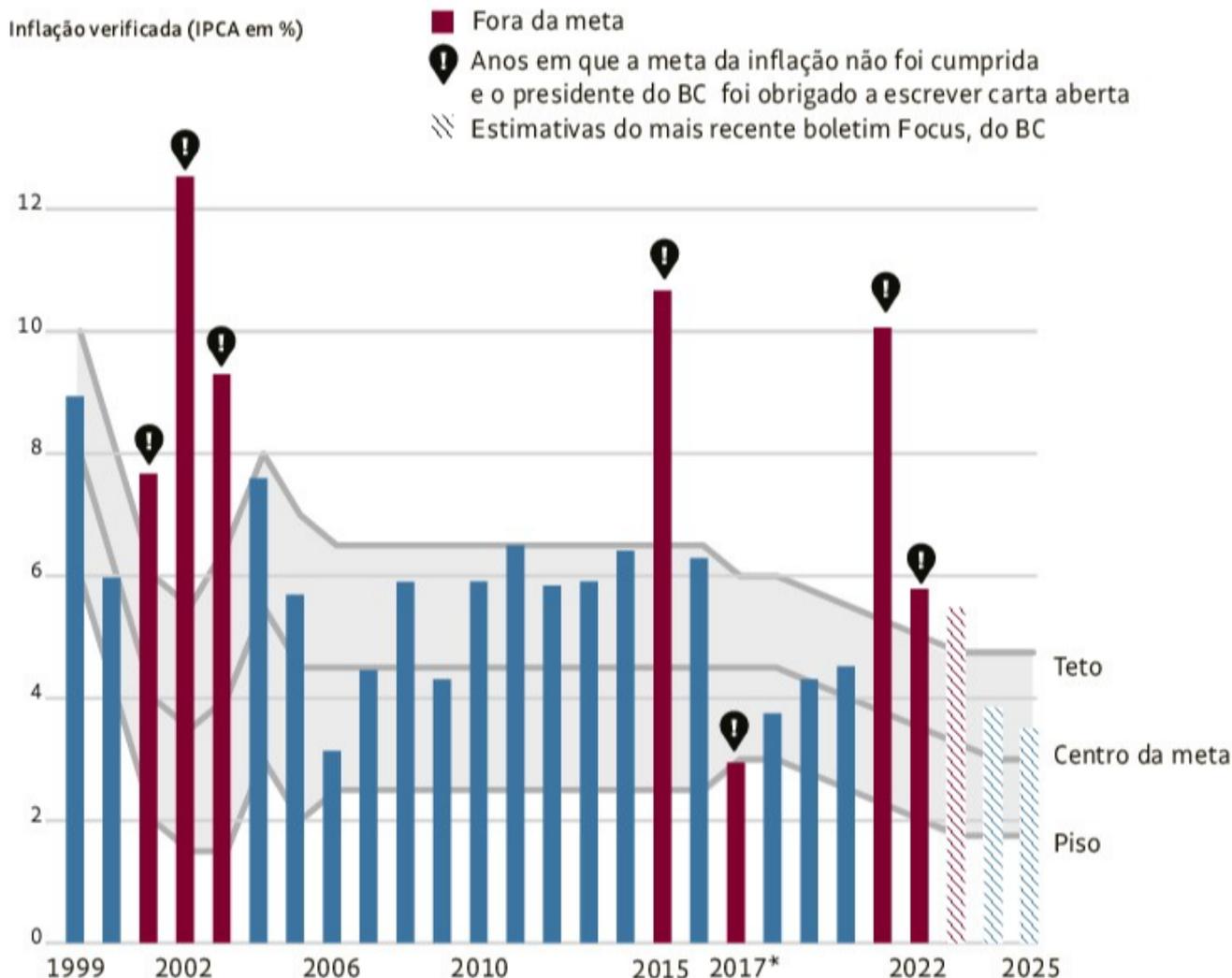
"Você estabeleceu uma meta de **inflação** de 3,7%. Quando faz isso, é preciso arrochar mais a economia para atingir aquele 3,7%. Por que precisava fazer 3,7%? Por que não faz 4,5%, como fizemos [nos mandatos anteriores]? A economia brasileira precisa voltar a crescer" Luiz Inácio Lula da Silva, em entrevista à GloboNews, no dia 18

Site:

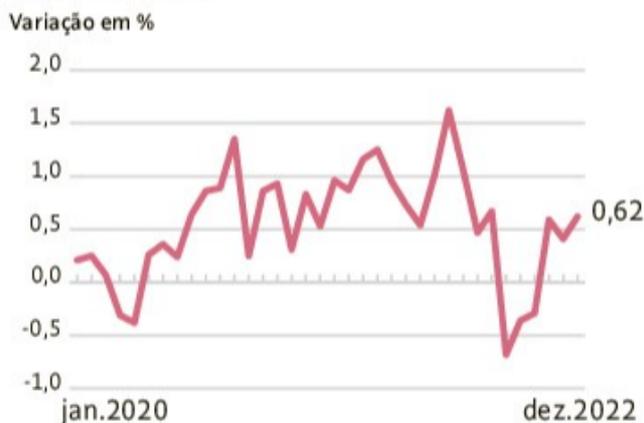
<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=>

50172

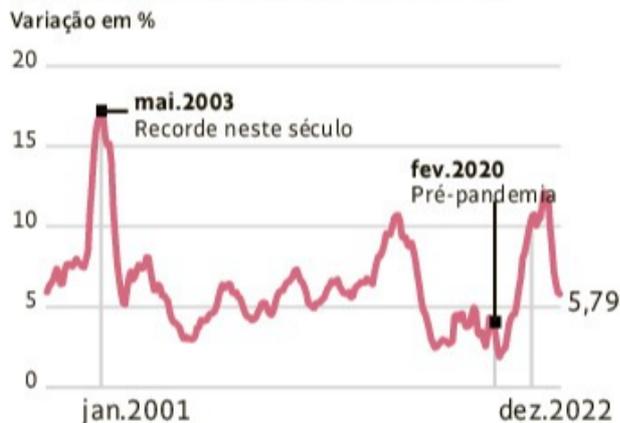
Histórico do sistema de metas de inflação



IPCA mensal



IPCA no acumulado de 12 meses



*Em 2017, a meta não foi cumprida porque a inflação ficou abaixo do piso
O BC estabeleceu uma meta ajustada de 8,5% para 2003. Em junho do mesmo ano, alterou o teto da meta de 2004 de 6,25% para 8%

Fontes: Banco Central e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)